

# Documentos de domínio público como produtos e autores sociais

Jefferson de Souza Bernardes

*Universidade Federal de Alagoas (UFAL)*

Vera Sonia Mincoff Menegon

*Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)*

## RESUMO

Considerando os documentos de domínio público como práticas discursivas, este artigo discute a importância que esses documentos têm na formatação de estratégias de governamentalidade. Essa argumentação é fundamentada por duas pesquisas realizadas pelos autores. A primeira discute linguagem na perspectiva pragmática de Levinson, articulando o conceito de interanimação dialógica de Bakhtin. Como exemplo utiliza-se a análise de documentos que expõem o debate da formação em Psicologia no Brasil, discutindo-se permanências, rupturas e cooptações das políticas públicas educacionais. A análise da segunda pesquisa foca as linguagens sociais, na perspectiva de Bakhtin, articulando a noção de governamentalidade de Foucault e o argumento de Rose, para quem a linguagem é constitutiva de estratégias de governamentalidade. O exemplo vem da análise de documentos de consentimento informado para reprodução humana assistida, que mostra a ambigüidade da linguagem dos riscos e dos direitos, explicitando ser a prática social do consentimento uma estratégia de governamentalidade.

**Palavras-chave:** Linguagem; pragmática; interanimação dialógica; documentos; governamentalidade.

## ABSTRACT

*Documents of public domain as social products and social authors*

Considering the documents of public domain as discursive practices, this article discusses the importance of such documents in establishing governmentality strategies. The given arguments are based upon two researches done by the authors. The first one discusses the language in accordance with Levinson's pragmatic perspective, and articulates Bakhtin's concept of *dialogic interanimation*. The example is extracted from the analysis of some documents that give visibility to the debate about the psychological formation in Brazil, discussing constancies, ruptures, and co-optations of the educational public politics. The second research analysis focuses on the use of social language, as proposed by Bakhtin, articulating Foucault's governmentality notion and Rose's argument that language is constitutive of governmentality strategies. In this case, the analysis of the written informed consent for assisted human reproduction shows the ambiguity of the language of risks and the language of rights, positioning the social practice of the informed consent as a governmentality strategy.

**Key words:** Language; pragmatic; dialogic interanimation; documents; governmentality.

## INTRODUÇÃO

Nosso argumento nesta reflexão é que os documentos de domínio público são, ao mesmo tempo, produtos e autores sociais. Os documentos públicos são práticas discursivas que se caracterizam por interanimações dialógicas variadas; dessa forma, são importantes na formulação e manutenção de estratégias de governamentalidade.

Esta reflexão alinha-se à produção de conhecimentos teóricos e metodológicos, que transitam pela inter-

face dos microprocessos de produção de sentidos no aqui-e-agora das interações sociais, e pela circulação e produção de repertórios lingüísticos em geral. É o trabalho nessa interface que nos permite argumentar que as práticas discursivas sustentam estratégias de governamentalidade. Veremos, também, que ao trabalharmos com diferentes documentos, essa interface varia conforme as especificidades do texto: quem fala? para quem é endereçado? qual a sua finalidade? que formas assume? que efeitos produz?

No que se refere à nossa compreensão de governamentalidade, partimos da noção inicial dada por Foucault (1979), ou seja, governamentalidade são as práticas de gestão governamental que possuem como objetivo central o controle de populações, que se fundamentam no saber da economia e nos dispositivos de segurança, que são seus mecanismos básicos. Foucault também define governamentalidade como o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e sobre nós mesmos (Foucault, 1994).

Avançamos na compreensão do conceito de governamentalidade com a reflexão feita por Nikolas Rose (2001), para quem a linguagem é constitutiva de estratégias de governamentalidade. Nessa perspectiva, linguagem não apenas torna os atos de governo descritíveis, mas é ela que possibilita sua existência. Retomamos, assim, nosso argumento inicial, de que os documentos públicos são, ao mesmo tempo, produtos e autores sociais.

Em termos teóricos, o estudo dos micro-processos de produção de sentidos se alia às correntes pragmáticas da filosofia da linguagem. Já a compreensão dos repertórios lingüísticos requer, para além de uma visão estrutural da linguagem, a singularidade da linguagem em uso em distintos contextos.

Ao compreendermos os documentos públicos (jornais, revistas, atas, relatórios, prontuários, contratos, consentimentos etc.) como práticas discursivas adentramos a dupla face da dialogia, expressa nas interações face-a-face e em textos escritos, como argumenta Mikhail Bakhtin (1994). A dialogia se faz presente tanto nas vozes que povoam um enunciado como no endereçamento que se dá a ele. Já em documentos escritos, a hibridização de linguagens sociais, utilizadas na formulação dos textos, indica a presença da polifonia.

Por linguagens sociais nos referimos aos dialetos sociais, estilos de linguagem, gêneros de fala, enfim, linguagens variadas no tempo, espaço, com diferentes posicionamentos, ideologias, etc. São as relações dialógicas, principalmente, extralingüísticas, que nos interessam, ou seja, a linguagem que ganha vida na comunicação dialógica daqueles que a utilizam. Para Bakhtin, “toda a vida da linguagem, seja qual for o seu campo de emprego (a linguagem cotidiana, a prática, a científica, a artística, etc.) está impregnada de relações dialógicas” (Bakhtin, 1997, p. 183).

Por exemplo, ao analisarmos documentos produzidos em áreas distintas de conhecimento, encontramos o entrelaçamento de linguagens sociais específicas, com seus jargões e glossários prototípicos. Assim, ao analisarmos documentos que dispõem sobre as diretrizes curriculares dos cursos de Psicologia, além dos endereçamentos e das finalidades específicas, encon-

tramos textos compostos por linguagem social típica da Psicologia, que se entrelaça a outras linguagens sociais, tais como da Medicina, da Biologia e da Pedagogia.

Já quando nos voltamos para um outro campo do saber e para documentos com endereçamentos e finalidades distintas, como ocorre com os consentimentos informados, produzidos no campo da Reprodução Humana Assistida encontramos, predominantemente, linguagens sociais como: da Medicina, da Biologia, do Direito, da Filosofia, para ficar com campos disciplinares mais reconhecidamente vinculados à formulação desses textos.

## DOCUMENTOS SOBRE DIRETRIZES CURRICULARES: CURSO DE PSICOLOGIA

No que se refere aos documentos sobre diretrizes curriculares, a análise é realizada por meio de uma perspectiva lingüística, utilizando o conceito de interanimação dialógica de Mikhail Bakhtin (1994) e a concepção Pragmática de Stephen Levinson (1983). O texto não é significado como uma re(a)apresentação de um contexto ou de uma realidade qualquer. Texto e contexto se fundem, transformando-se no foco da análise.

Dessa forma, a organização de 62 documentos, e análise de 13 deles, nos permitiu registrar e destacar as permanências, as rupturas e as cooptações das políticas públicas educacionais no debate sobre a formação em Psicologia no Brasil. Essa análise envolveu quatro categorias: repertórios lingüísticos, baseado em trabalhos de Mary Jane Spink (1999), dísticos de discurso de Stephen Levinson (1983), implicaturas conversacionais de Paul Grice (1970) e retóricas utilizadas, baseado nos trabalhos de gêneros de fala de Mikhail Bakhtin (1994).

Nessa pesquisa, os documentos sobre a formação em Psicologia no Brasil (documentos com abrangência nacional) foram organizados a partir de uma matriz, conforme Hacking (2001). A organização dessa matriz possibilitou trabalhar com a perspectiva de que os documentos configuram vozes, que constituem a interanimação dialógica (Bakhtin, 1994), com distintos tempos, autorias, posicionamentos, endereçamentos, repertórios etc. Os documentos não representam o diálogo: eles são o próprio diálogo.

O foco central de análise não foi orientado à identificação de um discurso último sobre a formação em Psicologia, e sim ao que permanece, ao que rompe e ao que é cooptado, ao longo dos tempos, nas práticas discursivas que constroem essa formação. A partir daí argumentamos que a retórica científica articula-se a uma lógica neoliberal que orienta o debate sobre a formação em Psicologia no Brasil.

Em relação aos repertórios lingüísticos utilizados, o que verificamos é que, apesar da mudança nos *repertórios*, há aqui um processo de *permanências* de sentidos e não de *renovações* ou *rupturas*, via processos de *cooptações* do novo. Por exemplo, os repertórios utilizados para referir às “habilitações” na década de 1960 são, a partir da década de 1990, substituídos por “Perfis de formação”. “Currículo Mínimo” são substituídos por “Diretrizes Curriculares”, “Campos de Aplicação” por “Ênfases Curriculares”, “Disciplinas” por “Habilidades”, “Matérias” por “Competências”. Claro, surgiram novos repertórios, por exemplo, “Eixos Estruturantes” e “Núcleo Comum”, mas tornaram-se periféricos no que diz respeito ao debate. Em vários encontros com representantes e coordenadores de cursos de Psicologia, ocorridos em Seminários, Simpósios etc, o aspecto coadjuvante desses conceitos se evidencia.<sup>1</sup>

Existem, também, repertórios que provocam rupturas com a articulação entre a retórica científica e a lógica neoliberal. Mas, esses repertórios (produzidos, fundamentalmente, durante o final da década de 1980 e início da década de 1990), praticamente desaparecem ou, também, tornam-se periféricos nos documentos posteriores. Por exemplo, “indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, “interlocução”, “articulação”, “complexidade”.

Ao final da década de 1990, o leque de possibilidades de novos *repertórios lingüísticos* é reduzido, empobrecendo a construção de sentidos para a formação em Psicologia. As *tentativas de renovações ou rupturas* parecem sofrer um processo de mimese com o discurso articulado entre a retórica científica e a lógica neoliberal, caracterizando os processos de *cooptações* daquelas em relação a esses.

No que diz respeito à análise dos dísticos de discurso (Levinson, 1983), produziu-se, por meio da análise de indexadores (citações) de um texto em relação a outro, uma rede de documentos que caracterizaram as permanências, rupturas e cooptações de distintas vozes que produzem o debate da formação em Psicologia. Essas vozes caracterizam filiações grupais no debate. Assim, documentos como a Carta de Serra Negra (1992) e da Comissão de Especialistas do MEC (1994/5), que claramente propõem uma ruptura com a lógica formativa em Psicologia, não são citados por nenhum outro documento a partir daí. Esses documentos são “esquecidos” pelos documentos posteriores. Ao passo que outros documentos, que estabelecem permanências com a perspectiva formativa até então, são citados. Alguns repertórios e argumentos desses documentos continuam em documentos posteriores, mas os pontos centrais desaparecem. A análise dos dísticos do discurso apresenta ao menos duas vozes

distintas no que diz respeito à formação em Psicologia: uma primeira, mais associada à Psicologia Aplicada, herda as concepções mais tradicionais da Psicologia brasileira. Uma segunda, voltada a uma perspectiva mais crítica, associa-se aos movimentos de abertura política no país, principalmente, da década de 1980.

Já em relação às implicaturas conversacionais (Grice, 1970), por exemplo, o documento do antigo Conselho Federal de Educação, o Parecer 403/62, datado de 19/12/1962, elaborado para embasar o chamado currículo mínimo naquele ano, diz que a matéria “Estatística” justifica sua presença no currículo “por si só”, não apresentando qualquer explicação para isso, sendo que as demais matérias estão justificadas. Essa lógica permanece ao longo dos tempos e no documento de uma reforma curricular em 1978, a relatora apresenta o seguinte: *No que se refere às matérias instrumentais, parece evidente que a Estatística tem sua inclusão garantida* (Parecer CFE, n. 403/62, de 19/12/1962).

Também não se explicita por que “parece evidente”. Menos ainda, por que “a Estatística tem sua inclusão garantida”. Rompe-se, dessa forma, com um princípio básico da comunicação, que é a máxima de modo, pois não foram apresentadas justificativas e clareza, necessárias para a inclusão dessa matéria (Estatística) no currículo mínimo. A implicação é a existência do controle via dispositivos técnicos e disciplinares. Vale lembrar que a Estatística, segundo Foucault (1979), surge como dispositivo biopolítico de controle da população, por parte do Estado, daí seu nome.

Por fim, argumenta-se que a retórica utilizada – baseada nos estudos dos gêneros de fala de Bakhtin (1994) – na maior parte dos documentos, encontra-se identificada com os discursos da Biologia e Pedagogia, por meio das seguintes características: uma concepção evolucionista e positivista da ciência, caracterizando uma retórica da verdade/autoridade; dicotomia entre ciência e profissão; hegemonia da Psicologia Aplicada (consolidando uma perspectiva tecnicista, com especialização precoce e fragmentação da formação); narrativa histórica baseada no agenciamento de nomes e fatos (demarcando fronteiras para narrar tentativas de rupturas com épocas passadas); uma perspectiva individualizante, oriunda da concepção disciplinar e, posteriormente, conforme Varela (1991), pela *Pedagogia Psicológica*. Tais características perpassam todos os períodos da discussão da formação em Psicologia, provocando um *continuum* entre eles, onde somente se modifica, como visto, os *repertórios lingüísticos* utilizados.

Finalizando esse primeiro exemplo, a partir da análise das categorias acima apresentadas, argumenta-se

que as práticas discursivas produtoras da formação em Psicologia são compostas mais por permanências e cooptações, por parte das políticas educacionais do que por rupturas. Além disso, desde seus primórdios no Brasil, a Psicologia possui vozes hegemônicas produtoras de um tipo de formação sempre vinculada a uma Psicologia Aplicada, originária da Psicologia brasileira.

Dessa forma, evidencia-se o argumento desse trabalho de que os documentos são produtos das práticas discursivas, mas são, também autores sociais. Nesse sentido, os textos produzidos no debate da formação em Psicologia, conforme Foucault (1979), configuram-se como estratégias de governamentalidade.

### DOCUMENTOS PARA OBTENÇÃO DE CONSENTIMENTO INFORMADO: REPRODUÇÃO HUMANA ASSISTIDA

Passamos, agora, para um exemplo de análise que mostra uma interface mais estrutural da linguagem. Entretanto, como veremos, continua dialógica. A análise realizada em 27 documentos de consentimento informado, que foram formulados por oito clínicas de reprodução humana assistida, localizadas em São Paulo, mostrou a ambigüidade presente no uso da linguagem dos riscos e da linguagem dos direitos, explicitando que a prática social do consentimento informado é uma estratégia de governamentalidade.

A análise pautada por modalidades textuais foi fundamental para darmos visibilidade ao uso ambíguo desse documento. Para compromissos e deveres de usuários(as) utilizam-se afirmações categóricas, que expressam certezas; para comunicar possíveis riscos e resultados do tratamento, utilizam-se afirmações abertas, que expressam possibilidades e incertezas.

Essa ambigüidade reflete-se na estratégia de governamentalidade. Isso fica explícito até nas nomeações: para fins de pesquisa, no Brasil, utiliza-se “Consentimento livre e esclarecido”; já no meio clínico, o termo mais utilizado é “Consentimento informado”, que historicamente nos remete à obtenção de consentimento para evitar processos legais impetrados contra erros médicos.

O uso da linguagem dos direitos e da linguagem dos riscos nesses documentos, fazendo um paralelo com a conceituação de Bakhtin para linguagens sociais, servem a propósitos sociais e políticos específicos num determinado período (Bakhtin, 1997). Seu uso torna problemática a distribuição de responsabilidades e oblitera as fronteiras entre coerção e consentimento.

Nos consentimentos informados para reprodução humana assistida as linguagens utilizadas formatam documentos do tipo gêneros discursivos contratuais,

compreendidos aqui como práticas discursivas peculiares, devido à finalidade e endereçamentos a que se prestam. São documentos preparados para serem assinados antes da intervenção ou início do tratamento. São práticas discursivas que falam de ações e compromissos futuros. Em última instância, o que se consente no presente é o futuro. Explicita-se, aqui, a idéia de governamentalidade.

O conjunto dos textos analisados se caracteriza por sua forma híbrida, no que diz respeito ao entrelaçamento de linguagens sociais e gêneros de fala, sendo as mais expressivas: 1) biomédica que comunica aspectos técnicos do tratamento; 2) jurídico-legal e filosófica (ética e bioética), que se cristalizam como *linguagem dos direitos* e transitam entre noções de direitos e deveres; 3) um glossário de repertórios que se tornam típicos da reprodução assistida (pré-embrião, pré-embrião excedente, doação de material genético, gestação de substituição ou doação temporária de útero (a popular barriga de aluguel), para ficarmos com os mais emblemáticos; 4) uma linguagem jurídica e financeira; 5) *linguagem dos riscos* utilizada para comunicar possíveis riscos (danos, insucessos, falhas) e benefícios, traduzidos pela possibilidade de obter uma gravidez e, quiçá, o nascimento de um bebê.

Essa diversidade de linguagens sociais compõe uma prática discursiva que é contratual (apresentando variações como requerimento, declaração, autorização). Tomando como parâmetro sua finalidade, como afirma Fairclough (2003), essas práticas discursivas atuam como um “gênero de governo”. Mesmo interpretando governo de maneira ampla, esse gênero remete às noções de controle e de auditoria, até pelo próprio poder que a cultura ocidental confere a um documento assinado, que pode gerar efeitos na órbita do Direito.

Esses documentos são, portanto, produtos que decorrem de matrizes específicas (avanços biotecnológicos, oferta e demanda por esses serviços, distribuição de responsabilidades etc.) e, ao mesmo tempo, funcionam como autores sociais, uma vez que fazem coisas no cotidiano das pessoas.

O documento que originalmente é endereçado aos clientes, ao ser assinado, recebe um outro endereçamento, do tipo *a quem possa interessar*. Ou seja, se necessário, poderá ser endereçado aos órgãos auditores, internos ou externos à clínica, e aos tribunais jurídicos em caso de processos legais.

O consentimento informado como prática discursiva documental funciona como forma de gestão da relação entre profissionais e pacientes, mas também entre a clínica, seus profissionais e os pacientes com outras esferas de poder, envolvendo regulamentações, normas éticas e leis.

Independente da assinatura de documento, a prática de informar sobre o tratamento, buscando o consentimento e adesão ao procedimento proposto, é também uma forma de gestão que se aproxima da noção de autocontrole, vinculada à tradição de governar por meio da educação em saúde. Uma pessoa devidamente informada é responsável pelo autogerenciamento de sua saúde e pelas decisões tomadas tendo como base as informações recebidas (Spink, 2000).

Nesse sentido, Nikolas Rose, em seu artigo, *The Politics of Life Itself*, ao propor que se compreenda a biopolítica como uma forma de política dos riscos, comenta o poder do próprio aparato informativo no contexto de aconselhamento e processo de obtenção do consentimento informado, ele diz:

Esses novos pastores do soma esposam os princípios éticos do consentimento informado, autonomia, ação voluntária e escolha, e não direcionamento. Mas nas práticas desse poder pastoral, tais princípios éticos devem ser traduzidos para uma série de micro-tecnologias para o gerenciamento de comunicação e de informação. Esses dispositivos obliteram as fronteiras entre coerção e consentimento. Difunde-se, por meio de técnicas discursivas, novas maneiras de interpretar a si mesmo em pensamento e em linguagem, transformando as subjetividades de quem consente ou de quem recusa (Rose, 2001, p. 9-10).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizando, como mostramos com os dois exemplos de trabalhos realizados com documentos, a utilização de documentos como fontes de pesquisa revela-se extremamente importante para compreendermos inter-relações que têm ramificações nos ordenamentos sociais. Em termos de governamentalidade, os documentos da formação em Psicologia participam da produção de determinadas perspectivas político-pedagógicas nos cursos de Psicologia. No caso dos consentimentos informados, participam da formação e da gestão entre profissionais e pacientes, atuando ativamente na distribuição de responsabilidades.

## REFERÊNCIAS

- Bakhtin, M. (1994). The problem of speech genres. In C. Emerson, C., & M. Holquist (Eds.). *Speech Genres and other late essays*. Austin, Texas: University of Texas Press.
- Bakhtin, M. (1997). *Problemas da poética de Dostoiévski*, (2ª ed.). Rio de Janeiro: Forense-Universitária.
- Bernardes, J. S. (2004). *O debate atual sobre a formação em psicologia no Brasil – permanências, rupturas e cooptações nas políticas educacionais*. [Tese de Doutorado], Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, PUCSP, São Paulo, Brasil.
- Fairclough, N. (2003). *Analysing discourse and text: Textual analysis for social research*. London: Routledge.
- Foucault, M. (1979). *Microfísica do poder*, (7ª ed). Rio de Janeiro: Graal.
- Foucault, M. (1994). *Dits et écrits*, (Vol. IV). Paris: Galimard.
- Grice, H. P. (1970). Presuposição e implicatura conversacional. In M. T. Julio & R. Muñoz (Comps.). *Textos clásicos de pragmática* (pp. 105-124). Madrid: Arco/Libros.
- Hacking, I. (2001). *¿La construcción social de qué?* Barcelona: Editora Paidós.
- Levinson, S. C. (1983). *Pragmatics*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Menegon, V. S. M. (2004). Consentindo ambigüidades: uma análise documental dos termos de consentimento informado, produzidos por clínicas de reprodução humana assistida. *CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA*, 20, 3, 845-854.
- Rose, N. (2001). The politics of life itself. *Theory, Culture & Society*, 18, 6, 1-30.
- Spink, M. J. (1999). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano*. São Paulo: Cortez.
- Spink, M. J. (2000). Risco e Educação em Saúde: das perspectivas individuais à sensibilidade ao contexto cultural. In M. J. Spink (Coord.) *A construção social do risco no cenário da aids*. Relatório – CNPq. Projeto Integrado, Processo 52.2056/97-0.
- Varela, J. (1991). El triunfo de las pedagogias psicológicas. *Cuadernos de Pedagogía*, Barcelona, 198, 56-99.

Recebido em: 22/12/2005. Aceito em: 02/04/2007.

### Nota:

<sup>1</sup> Ilustrativo foi o V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ensino em Psicologia ABEP, ocorrido na PUCSP, de 07 a 10 de setembro de 2005, ou seja, poucos meses antes de encerrar o prazo dado pelo Ministério da Educação para que os cursos de Psicologia do país estejam adaptados às novas Diretrizes Curriculares. Das 33 mesas redondas e 85 comunicações orais apresentadas no Encontro, nenhum desses trabalhos sequer menciona, em seus títulos ou resumos, a expressão “eixos estruturantes”. Apenas duas comunicações orais apresentam a expressão “núcleo comum”, orientadas para a preocupação em que os núcleos garantam a integralidade dos conteúdos nos cursos de Psicologia.

### Autores:

Jefferson de Souza Bernardes – Doutor em Psicologia Social e Professor do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Alagoas (UFAL).

Vera Sonia Mincoff Menegon – Doutora em Psicologia Social e Professora na Pós-Graduação da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Campo Grande, MS. (E-mail: mincoff@uol.com.br).

### Endereço para correspondência:

JEFFERSON DE SOUZA BERNARDES  
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes  
Departamento de Psicologia – Universidade Federal de Alagoas  
Av. Lourival Melo Mota s/n – Campus A C Simões  
BR 101, km 97,6 – Tabuleiro dos Martins  
CEP 57072-970, Maceio, AL, Brasil  
Fone: (82) 3214-1320  
E-mail: jbernardes@uol.com.br